



**XVIII ENANPUR**  
NATAL 2019  
27 a 31 maio

## **O CEU na Integração da Periferia**

### **Autores:**

Paula Custódio de Oliveira - FAUUSP - [paula.oliveira@usp.br](mailto:paula.oliveira@usp.br)

Maria Lucia Refinetti Martins - FAUUSP - [malurm@usp.br](mailto:malurm@usp.br)

### **Resumo:**

O artigo apresenta e avalia a política pública desenvolvida pela implantação dos Centros Educacionais Unificados (CEUs), em São Paulo. Os CEUs, a partir de uma abordagem educacional, ampliam a discussão da inclusão social para o âmbito urbano ao propor seus espaços de uso público e múltiplo na periferia da cidade, estruturando-se como elemento de fomento a uma sociedade mais integrada. O artigo discute o papel e resultados desses equipamentos na qualificação urbana e na melhoria das condições de vida e acesso a oportunidades para a população local, e pontua a relevância no atual momento das intervenções de menor porte, em rede, que constituam Projetos Urbanos de Interesse Social, como contraponto a um contexto que vem tornando a cidade um investimento financeiro e ampliando as desigualdades territoriais.

# O CEU NA INTEGRAÇÃO DA PERIFEIRA

## INTRODUÇÃO

Em contextos urbanos de intensa desigualdade socioterritorial, como são os das metrópoles brasileiras em seus mais variados graus, o papel do profissional de arquitetura e urbanismo deveria ser cada vez mais o de *arquiteto urbanista social*, concebendo o Planejamento de modo informado pela leitura urbana dos lugares onde moram os mais pobres e visando a inclusão sociourbana. Essa leitura, reconhecendo as contradições da produção capitalista do espaço urbano, deve estar associada a uma prática que, além de considerar as condições precárias a que esses territórios estão sujeitos, respeite as relações que se estabelecem entre o espaço e seus moradores, de modo que o intervir na precariedade se traduza na produção de cidade, na qual o *morar na cidade* se traduza em *viver a cidade*.

Parte dessa prática supõe o reconhecimento da responsabilidade do poder público no desenvolvimento e promoção de políticas públicas, prioritariamente voltadas a territórios nos quais o Estado é historicamente ausente. Nesse sentido, é preciso valorizar a construção de políticas públicas inclusivas e capazes de promover qualificação urbana, sem produzir como decorrência a gentrificação – como ocorre recorrentemente nos projetos urbanísticos associados a processos de valorização imobiliária, em cidades brasileiras e latino-americanas nas últimas décadas.

Diante desse extenso quadro de precariedade urbana, a luta por moradia e acesso às infraestruturas urbanas básicas tornou-se pauta consolidada na agenda de luta dos movimentos sociais por territórios menos desiguais e mais justos. Parte da justiça sociourbana passa pela defesa do direito à cidade, no qual, o *habitar* extrapola o conceito de *casa* e se assume enquanto o direito de usufruir dos diversos usos que a cidade pode oferecer, privilegiando a vivência urbana. A ausência sistêmica de espaços livres e públicos, nos seus mais variados tipos de equipamentos públicos nas partes mais pobres das cidades, relega à população moradora desses territórios a responsabilidade não só pela autoconstrução de suas casas (MARICATO, 1979), de sua infraestrutura (FERRARA, 2014) como também de seus espaços públicos e livres, ficando responsável não só pela reserva de espaço como pela sua manutenção e consolidação enquanto tal (vide figuras 1 e 2).

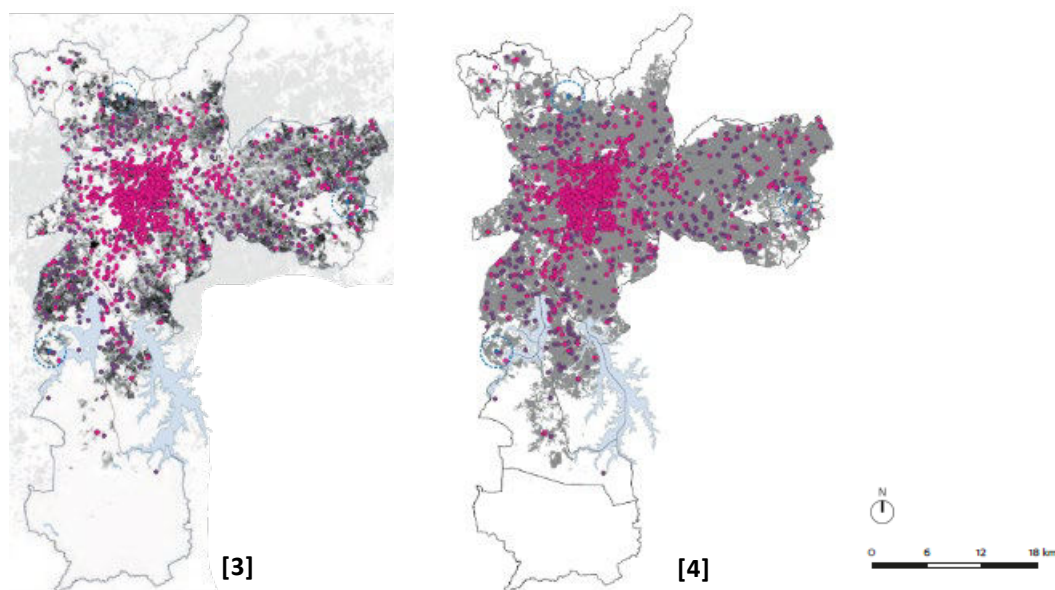


**Figura 1** Cine Brasilândia, 1953. Fonte: Arquivo Múltiplos Centro Cultural



**Figura 2** Espaço privado construído *versus* espaços públicos livres. Foto: Leonardo Finnoti.

No município de São Paulo, os equipamentos públicos (culturais e de esporte) concentram-se ao longo do vetor sudoeste (VILLAÇA, 2001) e estão presentes de forma esparsa e escassa nas periferias. Existe um significativo desequilíbrio na distribuição de equipamentos públicos no município, já que nem sequer se tem a oferta de tais equipamentos em grande parte do território, especialmente nos assentamentos mais periféricos e mais densamente ocupados (vide figuras 3 e 4).



**Figuras 3/4** Equipamentos públicos [cultura e esporte] no município de São Paulo: [3] sobre densidade demográfica, em cinza; [4] sobre mancha urbana, em cinza. Fonte. Dados Abertos PMSP [DEINFO, SAD 69/96], DATASUB Cadernos das Subprefeitura.

Buscando, então, discutir possibilidades de qualificação do tecido periférico, por meio de ações promovidas pelo poder público que visem a um urbanismo mais incluyente e que se propõem a equalizar a distribuição de equipamentos públicos no tecido urbano, foi definida como objeto de pesquisa, a política pública dos Centros Educacionais Unificados (CEUs), que aqui, são entendidos como uma possibilidade desse tipo de política urbana. Os CEUs, a partir de uma abordagem educacional, ampliam a discussão da inclusão social para o âmbito urbano ao propor seus espaços de uso público e múltiplo na periferia de São Paulo, estruturando-se como elemento de fomento a uma sociedade mais integrada.

A contribuição do presente artigo, ao se colocar em posição de discutir os resultados desses equipamentos na qualificação urbana e na melhoria das condições de vida e acesso a oportunidades para a população local, é exatamente a de fomentar argumentos para o debate, considerando esse um momento de voltar a discutir ações concretas do Estado, intervenções de menor porte e distribuídas em rede, que articulem recursos próprios constitucionalmente preconizados, como educação e saúde, na formatação de Projetos Urbanos de Interesse Social, como contraponto a um contexto que vem tornando a cidade um investimento e ampliando as desigualdades territoriais.

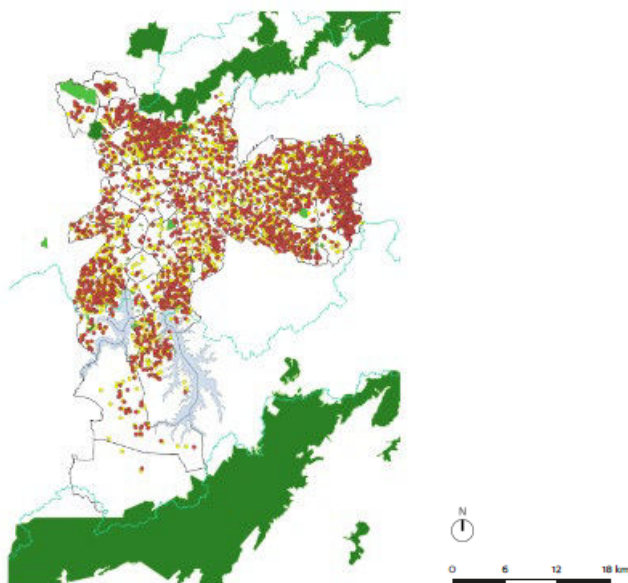
## A POLÍTICA PÚBLICA DOS CENTROS EDUCACIONAIS UNIFICADOS

Os Centros Educacionais Unificados (CEUs) foram formulados enquanto política pública na medida em que partem da ideia de criar um espaço social, tendo a escola como centro difusor de urbanidade, integrando professores, alunos e comunidade em seus espaços múltiplos (voltados à educação, cultura e esporte). Tinham como objetivos centrais o desenvolvimento integral dos alunos, com oferta de educação de qualidade por meio de um

currículo integrado e articulado em todas as áreas de conhecimento e em todos os níveis de ensino, e a criação de polo de desenvolvimento da comunidade, promovendo a integração das experiências culturais da população (PEREZ, 2010).

A discussão da relação entre educação e ocupação do território não era assunto novo e vinha sendo feita pelo menos ao longo dos últimos 50 anos no Brasil. Desde o lançamento do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* (1932), que apresentou o problema educacional de forma sistêmica, atestando a universalização da escola pública, laica e obrigatória, uma série de experiências inovadoras tomaram forma pelo país. Destacam-se aqui: a *Escola Parque Escola Classe* (década de 1950, em Salvador, com idealização de Anísio Teixeira) a qual propôs a introdução de novos conteúdos pedagógicos nas áreas de ciência, artes e técnica em período integral, em um sistema de revezamento entre aulas teóricas e aulas práticas; o *Convênio Escolar* (1949-1952, em São Paulo, com idealização de Hélio Duarte), que apostou na ação efetiva sobre as possibilidades de progresso da comunidade na qual foi inserida, na qual a escola tem o poder de influenciar seu entorno da mesma maneira que a comunidade o tem de influenciar a escola; e os *Centros Integrados de Educação Pública* – CIEPs (década de 1980, no Rio de Janeiro, com idealização de Darcy Ribeiro), cuja proposta era muito próxima à da *Escola Parque Escola Classe* de Salvador, na qual a cultura se destacaria como “o fator de integração entre escola e comunidade, (...) na tentativa de recuperar seu papel político e social” (PEREZ, 2010, p.160).

Essas experiências apresentavam caráter sociourbano ao considerar estreito o relacionamento entre desenvolvimento dos alunos e participação da/na comunidade. Da mesma forma e inspirada por nelas, a proposta dos CEUs em São Paulo, se aproxima do papel estrutural que a escola já desempenha em seu entorno, sendo a escola, ou o equipamento público educacional, o equipamento com implantação mais uniforme no território, o que inclui as periferias (vide figura 5).



**Figura 5** Escolas Municipais e Estaduais no município de São Paulo. Fonte. Dados Abertos PMSP [DEINFO, SAD 69/96], produção própria.

O embrião da proposta urbana dos CEUs, as chamadas Praças de Equipamentos Integrados, nasceu ainda na gestão progressista da prefeita Luiza Erundina (1989-1992), sendo desenvolvida no âmbito do EDIF – Departamento de Edificações da Prefeitura de São Paulo. A Praça de Equipamentos Integrados se configurava como um conjunto de equipamentos urbanos formando espaços públicos legítimos, de propriedade pública da cidade, irradiadores de urbanidade e fomentadores de centralidades. Foram projetadas para atender uma população em até 2k de raio. Infelizmente, não chegaram a ser implantadas e ficaram engavetadas por quase 10 anos.

Foi na gestão municipal Marta Suplicy (2001-2004) que a política pública dos CEUs começou a ser formulada tendo a escola como núcleo principal, associada à proposta de reforma educacional que estava sendo construída pela gestão. A reforma educacional, promessa de campanha da prefeita, tinha como mote o resgate histórico das experiências ocorridas no Brasil até então e se baseava em um programa abrangente e integrado de educação, organizado no território, envolvendo diversas pastas da gestão. Até então sendo desenvolvida no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, enquanto projeto pedagógico, prevendo atuação de outras demais secretarias, a proposta dos CEUs necessitava de projeto urbano e arquitetônico com partido que considerasse o edifício escolar associado à provisão de espaços públicos para a periferia, capazes de promover atividades culturais e esportivas, estimular a convivência e ser uma referência para a comunidade, “invertendo o processo de segmentação e especialização dos espaços públicos na expansão do atendimento educacional, concomitantemente ao acesso aos bens culturais” (PEREZ, 2010, p.191). É a partir desse momento, no final de 2001, que a equipe de arquitetos da EDIF entra no desenvolvimento dos CEUs, resgatando os projetos das Praças de Equipamentos Integrados.

E do mesmo modo que as Praças de Equipamentos Integrados, os CEUs foram configurados enquanto um conjunto de equipamentos urbanos (educacionais, culturais e esportivos) provedores de espaços públicos que incluem a periferia no circuito cultural e educacional de São Paulo, aproximando simbolicamente a periferia do centro ao estabelecer referenciais urbanos significativos e funcionando como núcleos de articulação da cidade. A produção de espaços públicos na cidade significa produzir espaços de encontro, áreas de uso livre e comum nas suas diversas finalidades, onde as relações sociais podem ser representadas, discutidas e contestadas, nos quais o lazer (traduzido em acesso à cultura e ao esporte) seja um direito do cidadão, garantido pelo poder público.

A característica de estruturação sociourbana e territorial da política pública do CEU, além da promoção de espaços públicos nas periferias, articulados ao seu entorno, pode também ser associada a uma política de fomento da presença do Estado, como marco visível de criação de polos estruturadores em tecidos periféricos desarticulados. Apesar da falta de definição clara da forma de promoção na política pública dos CEUs de elementos associados à formação de centralidades, é possível discutir conceitos e potenciais de centralidade, presentes ou não nesses equipamentos, levando em consideração o disposto nos planos urbanísticos desenvolvidos para a cidade de São Paulo desde os anos 1950<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana – SAGMACS, 1958 (Sociedade para Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais); Plano Urbanístico Básico – PUB (1968), Plano Diretor do

A proposta dos CEUs enquanto política pública integrada de intervenção em áreas carentes da cidade de São Paulo enseja uma filosofia de atuação no território, a qual se expressa conceitualmente em seus objetivos e em suas diretrizes de atuação, traduzidos na implantação de seu projeto arquitetônico. Essa filosofia está baseada na concepção de que a escola atua como elemento estruturador urbano e social ao se relacionar com novos usos culturais, esportivos e de lazer, que completam o quadro curricular, abrindo espaço para a participação de toda a comunidade. Considera que sua atuação como rede integrada de equipamentos fosse capaz de estruturar a reforma educacional baseada na universalização da escola pública, laica e obrigatória, como previa o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*.

Os CEUs se constroem como referências urbanas de espaço público, inserindo na periferia a oportunidade do encontro entre seus usuários, que passam de meros expectadores a agentes. Ao mesmo tempo em que se propõe a responder ao déficit de vagas escolares e de espaços públicos urbanos, propõe um horizonte revolucionário para a sociedade, no qual a educação “é instrumento de abertura de oportunidades e de afirmação da cidadania” (CRUZ, CARVALHO, DELIJAICOV, 2004, p. 34). Os CEUs “apresentam a maturidade e o passo mais recente dentro de uma longa história de interação entre arquitetos e educadores” (DELIJAICOV, 2004, sem pág.), propondo a qualificação do padrão de ocupação territorial da cidade (CRUZ, CARVALHO, DELIJAICOV, 2004).

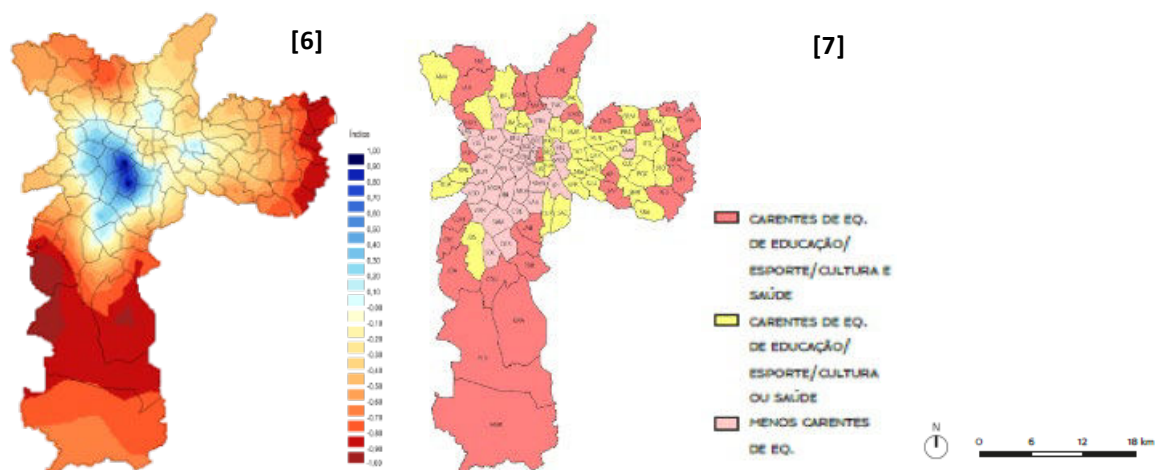
Idealmente, cada distrito do município de São Paulo deveria receber a implantação de um CEU. No entanto, tendo em vista a carência profunda de alguns distritos em relação a outros, foi feita uma priorização. A escolha dos distritos prioritários para implementação dos CEUS foi realizada através do cruzamento das informações provenientes do Mapa de Exclusão/Inclusão Social – produzido por PUC/SP, Inpe e Instituto Pólis, em 2002, sob coordenação de Aldaíza Sposati, então secretária municipal da Assistência Social –, com dados de demanda de matrícula, existência das escolas de lata<sup>2</sup>, presença de três turnos diurnos nas escolas<sup>3</sup> e ausência de equipamentos de âmbito distrital ou local.

---

Município de São Paulo (1985); Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – PDDI (1971); Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo – PDE (2002); Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo – PDE (2014).

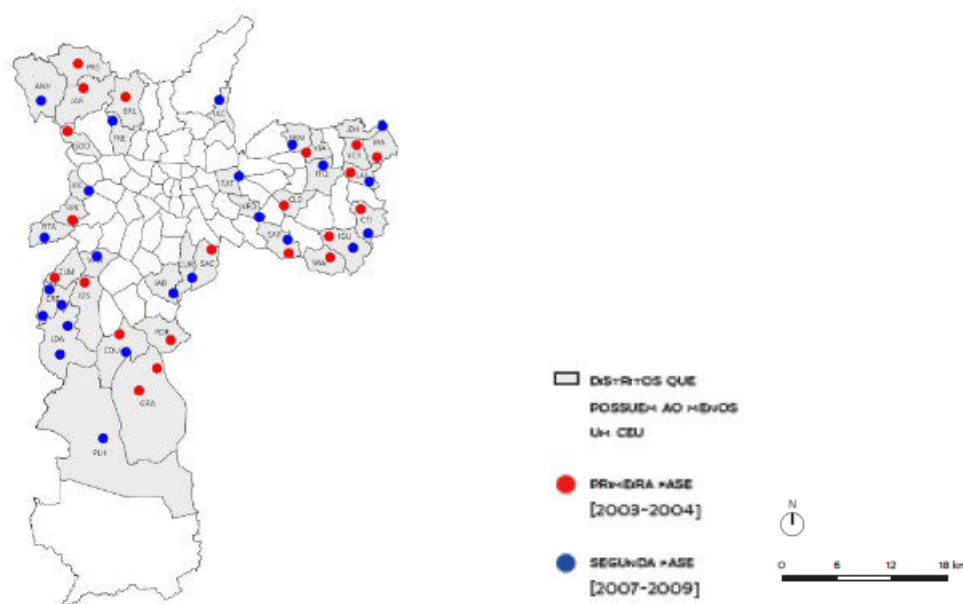
<sup>2</sup> As *escolas de lata* foram escolas municipais públicas instaladas em estruturas metálicas, na gestão Celso Pitta (1997-2000) e, posteriormente, em escolas estaduais pelo governo do Estado. Apesar do caráter emergencial, para atendimento imediato da demanda, algumas dessas escolas funcionam até hoje (Último Segundo, 2014)

<sup>3</sup> Além dos turnos matutinos e vespertinos, foi criado o turno intermediário, que vai das 11h às 15h, como forma de atender a demanda por vagas, dada a incapacidade do município de ampliar a oferta de vagas e de unidades escolares.



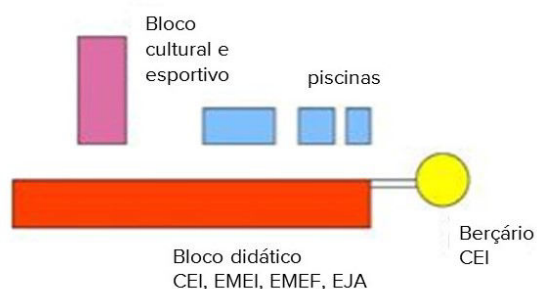
**Figuras 6/7** [6] Mapa de Exclusão/Inclusão Social (2002) Fonte. Série Temática Índices Sociais, PMSP;  
[7] Carência de Equipamentos Sociais de âmbito local (2002). Fonte. PEREZ, 2010, p.295; SEMPLA/Deinfo, SP.

Dos 96 distritos existentes no município de São Paulo, foram selecionados 36 para implantação dos CEUs, que, não por coincidência, estavam entre os mais periféricos. Alguns distritos abrigariam mais de um CEU, totalizando 45 canteiros de obra a serem implantados ao mesmo tempo na cidade. Por uma série de problemas nas licitações, a construção dos CEUs teve que ser separada em duas fases, com a construção de 21 CEUs na primeira fase e outros 24, na segunda. A primeira fase foi concluída durante a gestão Marta Suplicy, entre 2003 e 2004, sendo os outros 24, da segunda fase, construídos entre 2007 e 2009, nas gestões posteriores – Serra/Kassab (2005-2008) e Kassab (2009-2012). Em 2015, foi inaugurado ainda o CEU Heliópolis, no distrito do Sacomã, totalizando 46 Centros Educacionais Unificados em São Paulo. (vide figura 8).

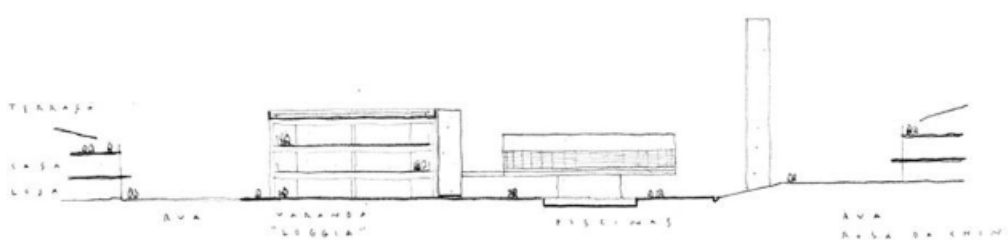


**Figura 8** Distritos escolhidos para implantação dos CEUs e Localização dos CEUs de acordo com sua fase de implantação. Fonte. SME PMSP, produção própria.

O projeto padrão do CEU previa uma área construída de 13.000 m<sup>2</sup>, englobando três edifícios: [1] o **bloco didático**, abrigando as salas de aula das Escolas Municipais de Educação Infantil – EMEI, das Escolas Municipais de Educação Fundamental - EMEF e parte das salas de aula do Centro de Educação Infantil - CEI, biblioteca, telecentro, padaria comunitária, cozinha, refeitório, salas de professores e administração das unidades escolares CEI, EMEI, EMEF; [2] o **bloco cultural**, destinado às salas de teatro, ateliês de arte, salas de dança e ginástica, estúdios de rádio e fotografia, ginásio de esportes, núcleo administrativo e gestor; e [3] o **berçário**, com o restante das salas da CEI. Além dos edifícios, a parte externa contava com o solário, três piscinas, parque infantil, pista de skate e, em alguns casos, quando o terreno permitia, quadras poliesportivas de futebol (DÓRIA, PEREZ, 2007).



**Figura 9** Esquema do projeto padrão do CEU. Fonte. DÓRIA, PEREZ, 2007. Produção própria.



**Figura 10** Corte longitudinal Projeto CEU Rosa da China. Fonte. EDIF PMSP.

## QUESTÕES QUE OS CEUS COLOCAM

A concepção da política pública dos CEUs se estrutura no conceito da inclusão socioterritorial ao estabelecer uma noção de rede na implantação de equipamentos públicos e múltiplos, priorizando na sua implementação, os distritos mais periféricos e mais carentes da presença de tais equipamentos. Da mesma maneira, o processo de inclusão passava pela geração de empregos, tanto no canteiro de obras quanto no próprio equipamento quando em uso. No entanto, de uma maneira geral, os postos de trabalhos que a população do entorno tem acesso são os de menor qualificação e salários, já que a indicação dos gestores é condicionada ao Executivo e a dos professores à Secretaria Municipal de Educação<sup>4</sup>, aumentando as chances desses profissionais serem moradores de outros bairros da cidade que não aquele em que o CEU está implantado.

<sup>4</sup> A Secretaria Municipal de Educação sorteia as vagas para as unidades escolares, e é frequente que os professores sejam destinados à escolas em bairros diferentes daqueles em que moram.

Ao dar relevância ao projeto arquitetônico (com o resgate de projetos já desenvolvidos pela própria prefeitura ao longo dos anos), a política dos CEUs promove a difusão do projeto de qualidade para edifícios públicos, maximalizando o acesso público a espaços projetados com qualidade – embora a implementação dos CEUs tenha sido realizada em escala, com abertura de grande quantidade de canteiros ao mesmo tempo, impossibilitando a aplicação de um processo de avaliação pós-ocupação eficiente e possíveis adequações ao seu projeto-base, de acordo com especificidades locais. Esse processo não realizado de avaliação poderia englobar outro aspecto da implantação dos CEUs: o uso de grandes terrenos *versus* ocupação de pequenos lotes, fomentando a revisão da própria concepção do projeto arquitetônico do grande equipamento. O acesso à terrenos de mais de 13.000m<sup>2</sup>, necessário para abrigar todo seu programa era dificultado em bairros consolidados majoritariamente por uma ocupação fragmentada e em pequenos lotes.

Dada sua construção em escala já citada (com a construção simultânea de 21 CEUs na primeira fase e 24, na segunda) os CEUs se tornaram uma política de grande visibilidade, o que favoreceu o interesse eleitoral da campanha de reeleição da gestão Marta Suplicy<sup>5</sup>. Essa visibilidade contribuiu ainda para a sua difusão e posterior acolhimento da própria população ao projeto, o que foi fundamental para a implantação de sua segunda fase.

## COMO AVALIAR OS CEUS?

### Referencial teórico para fundamentar a análise dos CEUs

Em *Morte e Vida de Grandes Cidades*, JACOBS (2014) aponta que alimentar uma vizinhança diversificada, capaz de utilizar e manter espaços públicos, é um dos principais desafios ainda não atendidos pelo planejamento urbano quando propõe parques e espaços públicos. No livro, ela teoriza que a vida das grandes cidades se constitui a partir de seu uso cotidiano. O uso cotidiano, por sua vez, estaria garantido pela promoção de diversidade urbana em suas diversas escalas. Em relação aos espaços públicos, é a diversidade de usos urbanos que geraria diversidade de pessoas, promovendo vida aos parques e espaços públicos, que os utilizam de variadas formas e em variados horários.

Para JACOBS, a diversidade nas grandes cidades não nasce espontaneamente e que o papel do planejamento urbano deve ser o de promovê-la e estimulá-la, com princípios baseados nas relações sociais cotidianas existentes e em propostas que as intensifiquem. Portanto, o fomento de novas centralidades pautadas pela diversidade de usos cotidianos seria uma maneira do planejamento urbano almejar uma cidade mais viva e inclusiva, principalmente em cidades marcadas pela desigualdade socioterritorial.

Em seu livro *Desenvolvimento como Liberdade*, SEN (2010, p.16) define *desenvolvimento* (no sentido mais amplo do termo) como um “processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam”. Para ele, a ampliação das liberdades individuais é o motor necessário para que o indivíduo se torne agente na sociedade em que vive; e a livre

---

<sup>5</sup> A campanha da então prefeita Marta Suplicy (PT) não se reelegeu na eleição municipal de 2004, sendo eleito, em segundo turno, seu adversário José Serra (PSDB).

condição de agente das pessoas é primordial para realização de desenvolvimento. Vivendo em uma sociedade desigual sobre diversos aspectos, a oferta de oportunidades àqueles que não as possuem amplia sua capacidade enquanto agentes e transformadores sociais, já que “as condições de agentes de cada um são inescapavelmente restritas e limitadas pelas oportunidades sociais, políticas e econômicas de que dispomos” (SEN, 2010, p.9).

Em consonância com JACOBS e SEN, FREIRE reconhece a importância de que os cidadãos sejam sujeitos ativos dos processos da cidade em que habitam e defende a educação emancipadora como meio para esse fim. Para FREIRE (2015), a transformação social passa pela integração entre escola e comunidade: fortalecendo as relações sociais e a própria comunidade por meio do diálogo e da cooperação, criando vínculo entre o estudante e a realidade concreta, inserindo-o na sociedade enquanto sujeito, e, assim, ampliando a conquista da cidadania e da autonomia.

Nesse sentido, considera-se que para produzir verdadeira estruturação, diversidade, inclusão e qualidade de vida urbana em territórios de grande precariedade é necessário um conjunto de políticas públicas diversas e intersetoriais, que ponderem a melhoria do *habitat* como um “conjunto de aspectos físicos, socioambientais e econômicos que contribuem para uma qualidade de vida urbana digna (...) (Referindo-se a) questões da moradia, do ambiente construído e da estrutura urbana” (LABHAB, 2003, p. 21).

Ciente de que o CEU não se propõe a responder todas as questões colocadas pela precariedade e não se apresenta como pauta da reforma urbana – no Brasil, institucionalizada pela criação de marcos legais<sup>6</sup> –, reconhece-se suas limitações ao se relacionar com a cidade e a sociedade. É possível pressupor que sua implantação tenha impactado as condições de vida da população moradora de seu entorno na medida em que a gestão e o uso cotidiano pela comunidade de seu espaço emancipado (JACOBS, 2014), ou seja, uso público, democrático e diverso, crie oferta de oportunidades (SEN, 2010), refletindo na construção da cidadania e do próprio sujeito inserido na sociedade através da educação (FREIRE, 2015). O CEU se coloca como elemento potencial à inclusão social, pela ampliação do universo e das possibilidades do indivíduo.

### Como analisar uma política pública: aproximação de uma avaliação

Segundo ARRETICHE (1998, p. 2), a avaliação de uma política pública passa por “um exame da engenharia institucional e dos traços construtivos dos programas (...) dando sentido e entendimento ao caráter errático da ação pública”. ARRETICHE (1998) ainda define três categorias como recurso analítico de políticas públicas: [1] *efetividade*: exame da relação entre implementação de um programa e seus impactos e/ou resultados; [2] *eficácia*: relação entre os objetivos e instrumentos explícitos e seus resultados efetivos; e [3] *eficiência*: relação entre esforço empregado na implantação e os resultados alcançados.

Portanto, para constituir uma proposta de avaliação da política pública dos CEUs, uma primeira linha de avaliação compreenderia a análise de toda a dinâmica institucional de sua implantação, avaliando desde os processos de concepção da proposta até elementos de pós-

---

<sup>6</sup> Constituição Federal Brasileira (1988); Estatuto da Cidade (2001).

ocupação. A proposta deste artigo se insere mais no campo da análise de resultados dos CEUs do que no de uma avaliação da política pública como um todo, dado o grande escopo de trabalho para tal e a necessidade de uma equipe interdisciplinar para tanto. Faz-se uso do recurso analítico da *efetividade*, já que o que se pretende discutir se relaciona à implementação da política pública dos CEUs a partir de sua implantação como equipamento público no território. Não se trata, portanto, de avaliar instrumentos específicos ou quantificar os esforços institucionais e pessoais despendidos para que essa implantação fosse conquistada.

A leitura do que seriam os possíveis resultados dos CEUs se baseia no que, em sua concepção, foi determinado que o equipamento público poderia contribuir para a qualificação sociourbana e territorial da periferia. Considera como critérios de análise aquilo a que ele se propõe enquanto equipamento público e aquilo que almeja enquanto fomentador de certa centralidade. Dessa maneira, buscando se aproximar de processos de avaliação de políticas públicas, espera-se discutir a apropriação do equipamento no espaço e no tempo, pelo uso cotidiano de seu espaço público, pela participação dos moradores e pelo fomento de novas dinâmicas territoriais.

O uso cotidiano pode ser entendido como o uso que é público, democrático, aberto, emancipado e diverso, caracterizado tanto pela própria acessibilidade física do equipamento como pela diversidade de atividades e de público, pela qualidade do espaço e, pelo seu acesso durante toda a semana, em diversos horários. Também se espera que currículo integral associado às demais atividades extracurriculares culturais e esportivas (contraturno escolar), previsto no projeto político-pedagógico, seja cumprido. A participação dos moradores pode se dar, além do uso propriamente dito do equipamento, por meio de seu envolvimento nas diversas instâncias e decisões políticas de gestão dos CEUs, como os Conselhos Gestores.

Contudo, não se encontra materialidade na concepção da política pública dos CEUs no que se refere ao fomento de novas dinâmicas territoriais que poderiam contribuir para formação de novas centralidades. Não fica claro o que se espera, a partir da implantação dos CEUs, que aconteça que vá qualificar o espaço, além das obras viárias e de infraestrutura básica, necessárias à sua própria implantação. Mas não se pode reduzir a qualificação do tecido urbano a obras de infraestrutura somente. Por não estar claramente definido o que se espera que aconteça em sua articulação com o território, não nos é possível determinar uma forma de avaliação/análise de seus resultados diretamente ligada à sua ideologia. Exatamente por não apresentar essa materialidade, se propondo a algo sem especificar como ou onde se pretende chegar, que a discussão se torna relevante.

O olhar da pesquisa sempre mais direcionado às questões territoriais, já que é um olhar pesquisador de arquiteto urbanista, busca a identificação do CEU em seu contexto. Logo, um possível referencial metodológico de análise dos CEUs observa de um lado o como as pessoas percebem o equipamento e, do outro, o quanto seus espaços são diferenciais para que seu uso cotidiano aconteça. Baseia-se na constatação dos pressupostos do uso qualificado de seus espaços, do cumprimento do contraturno escolar como parte do projeto político pedagógico, da participação ativa dos moradores e de possíveis dinâmicas de fomento a novas centralidades.

Para desenvolvimento do estudo proposto, é necessário analisar empiricamente a implantação do edifício no território, reconhecendo suas particularidades. Dado o universo de 46 CEUs construídos em São Paulo, adota-se, como estratégia, a discussão por meio de casos exemplares. O critério para a escolha dos casos foi o de trabalhar com os CEUs localizados em distritos extremamente carentes, quando da sua implantação, comparando a situação nesse momento e como se apresenta nos dias de hoje. Para tanto, optando-se por trabalhar justamente com casos localizados nos três distritos identificados em 2002 como aqueles de maior índice de homicídios e diversas formas de violência urbana: Brasilândia, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela<sup>7</sup>.

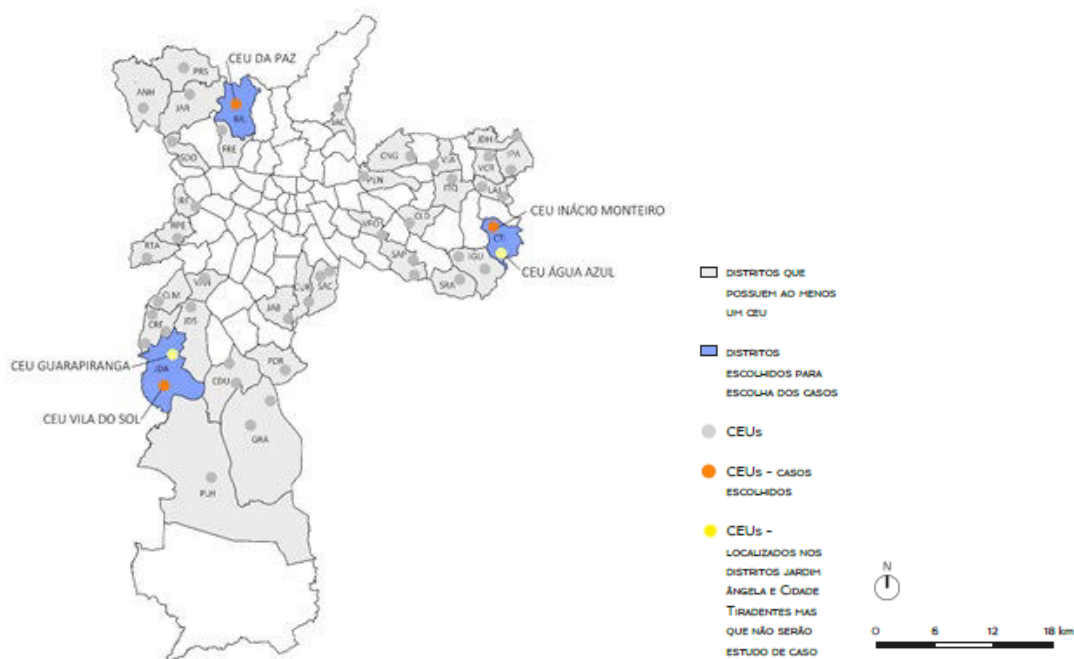
No distrito de Brasilândia foi construído apenas um CEU (CEU da Paz, em 2004), mas nos distritos de Cidade Tiradentes e Jardim Ângela foram construídos dois em cada. Em Cidade Tiradentes, o CEU Inácio Monteiro foi construído durante a primeira fase, em 2003 e o CEU Água Azul, na segunda, em 2007. Optou-se pelo caso do CEU Inácio Monteiro por estar localizado no entorno de setores censitários de vulnerabilidade muito alta (IPVS, 2002). No Jardim Ângela, os CEUs Vila do Sol e Guarapiranga foram construídos durante a segunda fase, ambos em 2008, e foram implantados em setores censitários com vulnerabilidade muito alta (IPVS, 2002), apresentando aspectos gerais muito similares. Para a escolha do caso, optou-se então pelo CEU localizado mais ao extremo – CEU Vila do Sol – já que os demais critérios eram muito similares.

## A POLÍTICA EM PRÁTICA: OBSERVANDO CASOS

Foram selecionados então no município de São Paulo como casos a serem discutidos: CEU Paz (Brasilândia, zona Norte), CEU Inácio Monteiro (Cidade Tiradentes, zona Leste) e CEU Vila do Sol (Jardim Ângela, zona Sul). Para análise de seu entorno, foi considerado um raio de influência de 2km a partir do equipamento, dada a proposta original de atendimento dos CEUs.

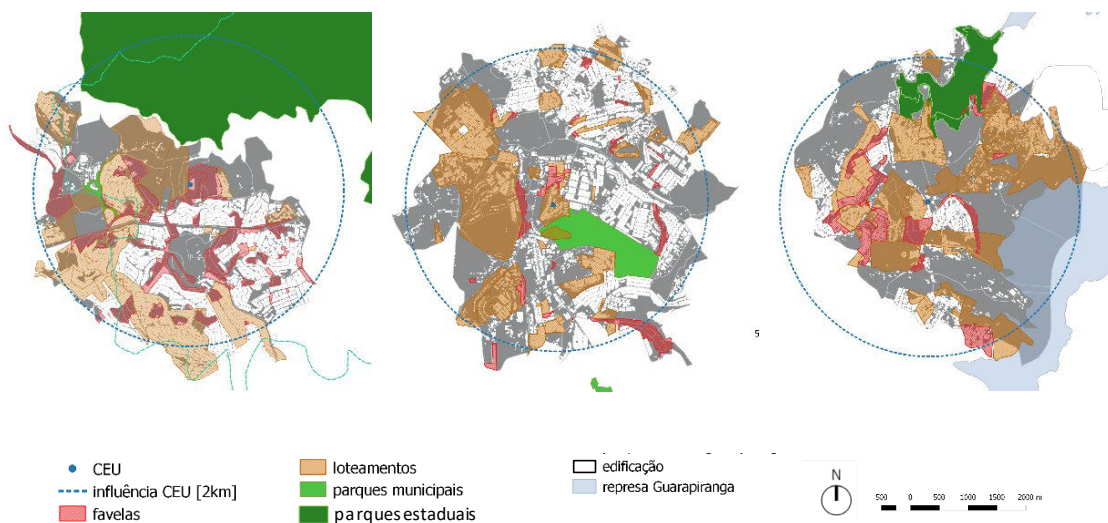
---

<sup>7</sup> Os distritos de Brasilândia, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela foram estudados no âmbito do Programa Bairro Legal da então Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano – SEHAB, que resultou na elaboração dos *Planos de Ação Habitacional e Urbana para áreas em situação de risco pela exclusão socioespacial e a violência*. O Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da FAUUSP – LABHAB, desenvolveu a proposta metodológica e o plano para o Jardim Ângela. As Assessorias Técnicas GTA e USINA ficaram encarregadas dos distritos de Brasilândia e Cidade Tiradentes, respectivamente.



**Figura 11** Localização dos casos: CEU Paz (Brasilândia, zona Norte), CEU Inácio Monteiro (Cidade Tiradentes, zona Leste) e CEU Vila do Sol (Jardim Ângela, zona Sul). Fonte: DEINFO/CEM, SEHAB – 2000-2010.

Apesar de estarem em localização opostas no município (vide figura 11), os entornos dos três apresentam certa similaridade: praticamente toda a população (entre 97% e 99%) vive com renda abaixo de 3 salários mínimos, sendo que cerca de 22% vivem em favelas. Em Cidade Tiradentes, 5% estão em favelas, enquanto mais de 70% vive em loteamentos irregulares. A porcentagem de domicílios sem acesso a esgoto chega a 21% no Jardim Ângela, contra 8% do município (DEINFO/CEM, SEHAB – 2000-2010). Os entornos do CEU Paz e Inácio Monteiro tem população superior a 150 mil habitantes, enquanto que o CEU Vila do Sol, localizado no extremo sul de São Paulo, tem cerca de 70 mil habitantes (CENSO, 2010).

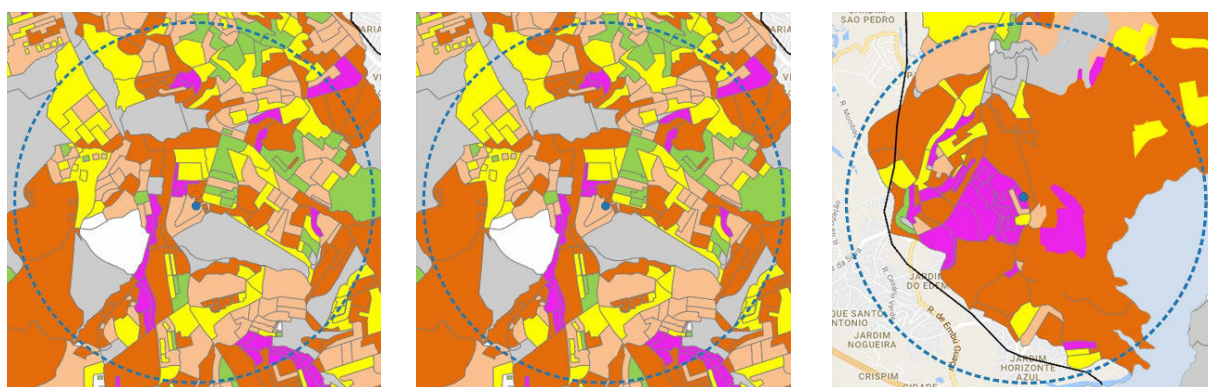


**Figura 12** Ocupação Favelas e loteamentos Irregulares – entornos CEU Paz, CEU Inácio Monteiro e CEU Vila do Sol. Fonte: DEINFO/CEM, SEHAB – 2000-2010.

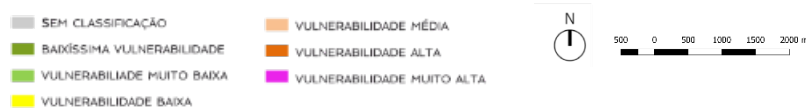
Comparando o mapeamento do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS (Fundação SEADE)<sup>8</sup>, a vulnerabilidade em 2002 apresenta manchas mais homogêneas do que o de 2010<sup>9</sup> (vide figuras 13 e 14). Dois motivos podem explicar maior heterogeneidade no mapeamento de 2010: a renda passa a ser um indicador no cálculo do índice e os setores censitários de 2010 aumentaram de número em relação a 2000<sup>10</sup>.



**Figura 13** IPVS, 2002 – entornos CEU Paz, CEU Inácio Monteiro e CEU Vila do Sol. Fonte: Fundação SEADE.



**Figura 14** IPVS, 2010 – entornos CEU Paz, CEU Inácio Monteiro e CEU Vila do Sol. Fonte: Fundação SEADE.



O entorno do CEU Paz apresentava em 2002 a maior parte de sua população em condição de vulnerabilidade média, com perímetros significativos em vulnerabilidade muito alta. Os entornos do CEUs Inácio Monteiro e, principalmente, o do Vila do Sol apresentavam maior concentração de vulnerabilidade muito alta, evidenciando o quadro de profunda carência dessas áreas. Mesmo com alguns poucos setores apresentando vulnerabilidade

<sup>8</sup> O Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS (Fundação SEADE) utiliza dados dos setores censitários, mapeia os segmentos populacionais mais vulneráveis à pobreza, através da análise combinada de indicadores de renda, localização, escolaridade, saúde, formação familiar e direitos civis.

<sup>9</sup> A comparação entre os mapas do IPVS em 200 e 2010 é possível já que ambos os mapeamentos são feitos a partir dos dados disponibilizados por setor censitário, nas bases do Censo.

<sup>10</sup> Em 2000, o IBGE dividia o Estado de São Paulo em 49.299 setores censitários, passando a 66.096 em 2010 (Fundação SEADE, 2013).

muito baixa os entornos do CEU Paz e CEU Inácio Monteiro, as condições de vulnerabilidade alta e muito alta ainda são significativas. Inclusive, áreas consideradas em 2002 de média vulnerabilidade agora se apresentam como de baixa vulnerabilidade no entorno do CEU Paz. O entorno do CEU Vila do Sol tem sua área praticamente toda marcada por índices de vulnerabilidade alta e muito alta, com significativo aumento da mancha entre 2002 e 2010. Dentre os três, o entorno do CEU Inácio Monteiro é o que apresenta maior diminuição dos índices de vulnerabilidade.

De modo complementar, de acordo com o Mapa da Desigualdade da Rede Nossa São Paulo (2012 - 2016), os distritos em que os casos se localizam ainda aparecem entre os 34 distritos com os piores indicadores sociais. O Mapa da Desigualdade analisa 40 diferentes indicadores sociais, relacionados a violência, trabalho e renda, acesso à educação e saúde, meio ambiente, habitação, cultura e assistência social.

O acesso ao CEU Paz é o mais dificultado em relação aos outros dois, já que o equipamento está localizado em um platô ao norte do córrego do Bananal (que corta longitudinalmente a Brasilândia). Apenas duas travessias sobre o córrego conectam a parte sul à parte norte do entorno e uma linha de ônibus, implantada após a construção do CEU, chega até o topo do platô.

No que concerne a oferta de atividades aos usuários, a programação varia de CEU para CEU, com atividades esportivas e culturais voltadas e abertas ao público, condicionadas a matrículas realizadas semestralmente. Alguns exemplos dessas atividades são aulas de dança, esportes coletivos (futebol basquete, handebol, etc) e individuais (natação, tênis de mesa), ginástica, artes marciais, concertos, teatro, sessões de cinema, oficinas. As atividades do contraturno escolar<sup>11</sup> dependem da contratação pela Secretaria Municipal de Educação e variam de semestre para semestre. Os espaços de uso múltiplo permitem o desenvolvimento de atividades diferentes em um mesmo espaço, desde que não ao mesmo tempo. De maneira geral, sua oferta permeia os três turnos (matutino, vespertino e noturno), alcançando diversas faixas etárias, atendendo crianças, jovens, adultos e idosos, com maior distribuição durante os dias da semana do que aos finais de semana (OLIVEIRA, 2017), o que sugere uma grande participação da população no uso cotidiano do equipamento.

---

<sup>11</sup> Os alunos matriculados nas EMEI e EMEF dos CEUs participam das atividades previstas na extensão de jornada, que funciona de modo similar ao Contraturno Escolar das Escolas Parque. Depois ou antes das aulas, são oferecidas atividades extracurriculares (oficinas), como complemento de formação, que são realizadas por profissionais (oficineiros) contratados. As propostas das oficinas são submetidas pelos própriosicineiros para avaliação pela Diretoria Regional de Ensino - DRE responsável.



**Figura 15** Aula de ginástica (2013), CEU Paz, Brasilândia. Fonte: acervo CEU Paz (página rede social).



**Figura 16** Campeonato de Natação (2014), CEU Inácio Monteiro, Cidade Tiradentes. Fonte: acervo CEU Inácio Monteiro (página rede social).



**Figura 17** Aula de Balé (2016), CEU Vila do Sol, Jardim Ângela. Fonte: acervo CEU Vila do Sol (pág. rede social).



**Figura 18** Espetáculo Gatomeu e Ratoleta. Recreio nas Férias (2017). CEU Inácio Monteiro, Cidade Tiradente. Fonte: acervo CEU Inácio Monteiro (página rede social).



**Figura 19** Sarauzinho na Biblioteca, alunos CEI (2016). Biblioteca Adelaide de Castro Alves Guimarães, CEU Inácio Monteiro, Cidade Tiradentes. Fonte: acervo CEU Inácio Monteiro (página rede social).

Apesar da clara deficiência de equipamentos públicos nos entornos dos CEUs, algumas dessas atividades consideram os poucos equipamentos existentes, como caminhadas e ginástica com a comunidade nos parques municipais e estaduais. Os CEUs, inseridos nesse contexto urbano, além de sua função escolar, suprem parte da demanda por equipamentos ao disponibilizar espaço público para que determinadas atividades culturais e esportivas aconteçam. Ressalta-se ainda o potencial do CEU enquanto equipamento público para trabalhar em rede com os demais (mesmo que escassos) equipamentos e parques já existentes, inclusive as escolas públicas, municipais e estaduais.

Nas entrevistas realizadas, tanto com gestores quanto com moradores, são recorrentemente apontadas mudanças e qualificação do entorno após a chegada do CEU, em relação tanto à sua infraestrutura urbana básica quanto ao uso do solo, com diversificação e aumento do número de comércio e instalação de asfalto, rede de água e esgoto, transporte público. No entanto, no Mapeamento do Uso do Solo Predominante (PMSP, 2014) muitas das áreas ainda continuam sem informação e o uso residencial de baixo padrão é ainda predominante, com alguns pontos de uso misto ou uso comercial/de serviços. Apesar da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, do Ministério de Trabalho e Emprego (2000-

2013) apresentar uma certa diversificação de uso com aumento do número de estabelecimentos de comércio e serviço nos distritos em que os casos estão localizados (o que corrobora a impressão da população moradora sobre a dinâmica de ocupação do território), de acordo com o mapeamento por distritos da Distribuição de Empregos nos setores de Comércio e Serviços (2000 e 2014), esse aumento segue o padrão de crescimento do próprio Município, não se configurando como uma tendência de formação de novos centros na periferia. Essa leitura se corrobora na comparação entre os mapeamentos da Pesquisa Origem-Destino do Metropolitano de São Paulo (2007) e da distribuição de empregos por habitante (2013), nos quais nota-se que grande parte da população dos entornos dos CEUs ainda leva mais de uma hora no deslocamento casa-trabalho, já que os empregos ainda se concentram nos setores centro-oeste do município (Infocidade, 2014).

## ALGUMAS CONCLUSÕES

A política dos CEUs segue sendo uma política pública que busca diminuir a desigualdade socioterritorial urbana. Mas as condições dessa avaliação são extremamente difíceis, dependendo de dados estatísticos cujas bases não são as mesmas ao longo do tempo. Por outro lado, a política dos CEUs, deveria se configurar como uma entre muitas políticas públicas das quais a periferia deveria ter acesso no intuito de diminuir a desigualdade socioterritorial urbana. Da forma como se propôs aqui a análise dos CEUs e o que se consegue avaliar dos dados levantados, não se apresentam subsídios suficientes para afirmar que o CEU realizou o que se propôs, já que o que almeja como sucesso em sua concepção, está intimamente ligado a implantação de outras políticas públicas. As questões urbanas seriam melhor resolvidas se políticas públicas de caráter sociourbano tivessem sido aplicadas de forma mais integrada.

Analogamente, como aponta o então gestor do CEU Inácio Monteiro, Raimundo Gilson Gomes, as questões educacionais no CEU, tratadas em sua concepção de forma integrada com seu projeto arquitetônico, com uma clara missão de uma prática educadora (e não apenas da construção de uma instituição de ensino), não foram conquistadas como se esperava, já que políticas públicas da área educacional não acompanharam a implantação do projeto.

Os entornos dos CEUs ainda apresentam carências estruturais, como a oferta de equipamentos públicos e de empregos aquém do grande número de moradores, que continuam a realizar longos deslocamentos para o trabalho., evidenciando a falta de política públicas integradas e a predominância do acesso ao trabalho e à renda como elemento de inclusão (IPVS 2010).

No entanto, os CEUs são elementos fomentadores de vida urbana, funcionando como centro cultural e de encontro da comunidade, movimentado pelo uso cotidiano e pela participação da comunidade, contribuindo sob esse aspecto para a criação de oportunidades e para a qualificação e integração urbana do tecido periférico. O uso cotidiano dos CEUs responde a questões de integração melhor do que sua implantação. E tem claro que políticas públicas e suas respectivas implantação e materialização no território devem ser portadoras de um mesmo projeto, uma formulação integrada, única, que assuma a dimensão de “sociurbana”.

Os espaços dos CEUs, por serem públicos, estão sujeitos a reproduzir os conflitos e tensões presentes na cidade, sejam eles em relação à violência urbana ou às precárias condições de vida da população. Para além das questões territoriais e pedagógicas, tornam-se espaços de máxima importância, nos quais a escola se faz refúgio e escape da dura realidade de quem os frequenta, ao mesmo tempo que insere a possibilidade de mudança, reconhecendo e reiterando a ideia de que a real carência da periferia é a falta de oportunidade a que seus moradores, principalmente os mais jovens, estão sujeitos.

O CEU é um elemento urbano que através de seu uso cotidiano e oferta de espaços qualificados e atividades diversas cria uma gama de oportunidades para seus usuários, construindo e fortalecendo cidadania e vida urbana.



**Figuras 20/21/22/23** [20] Piscina CEU Vila do Sol, Jardim Ângela. [21] Aula de Dança, CEU Inácio Monteiro, Cidade Tiradentes. [22] Oficina de pipas, CEU Paz, Brasilândia. [23] Leitura no pátio, CEU Inácio Monteiro, Cidade Tiradentes. Fontes: acervo CEUs (páginas redes sociais).

Ainda que o CEU amplie as oportunidades, os elementos necessários para que se concretize uma cidade mais incluyente passam por outras questões que vão muito além da esfera da proposta formulada na concepção dos CEUs. Se é importante a integração física e a infraestruturação desses tecidos urbanos, importa tanto quanto (ou ainda mais) desenvolver elementos que, ao reconhecer as potencialidades que esses territórios oferecem, fomentem cidadania e cidade em tecidos periféricos de grande carência urbana.



**Figuras 24/25/26/27/28** [24] Oficina de Flores de Papel Dia das Mães, CEU Inácio Monteiro, Cidade Tiradentes. [25] Oficina Pais e filhos, CEU Inácio Monteiro, Cidade Tiradentes. [26] Contação de História, CEU Paz, Brasilândia. [27] Atividade na horta, CEU Inácio Monteiro, Cidade Tiradentes. [28] Atividades Pais e Filhos, CEU Inácio Monteiro, Cidade Tiradentes. Fontes: acervo CEUs (páginas redes sociais).

Mesmo que não se disponha dos elementos suficientes para uma avaliação do impacto dos CEUs na criação de centralidades e nas condições de inclusão social e urbana, a observação das condições atuais dos três casos apresentados permite alguma avaliação sobre o quanto seu funcionamento de hoje responde aos propósitos da política pública visada quando de sua concepção. Pode-se dizer que, em parte, seu uso intenso e geração de oportunidades e de convívio, dialoga com os conceitos de diversidade urbana, uso cotidiano

e importância das relações sociais cotidianas desenvolvidos por Jane Jacobs, em *Morte e Vida de Grandes Cidades*; com a construção de cidadania e do próprio sujeito inserido na sociedade através da educação e processos de transformação social condicionados pela integração entre escola e comunidade, teorizados por Paulo Freire, em *Pedagogia da Autonomia*; e com a criação de oportunidades e liberdade de escolha como forma de desenvolvimento, defendida por Amartya Sen, em *Desenvolvimento como Liberdade*.

As discussões, análises e conclusões apresentadas até aqui nos permitem afirmar, dados seus considerados limites, a importância da política pública dos CEUs na recuperação e implantação de um projeto de cidade mais igualitária, indo na contramão dos projetos de qualificação urbana desenvolvidos na maioria das cidades brasileiras e latino-americanas, que produzem processos de gentrificação. É inegável a qualidade do serviço que o CEU presta como equipamento público inserido em um contexto social de extrema carência, criando um espaço de oportunidades e construção de cidadania urbana. No entanto, faltam elementos para uma avaliação sobre o impacto que essa promoção de oportunidades e essa cidadania se desdobra na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, e, portanto, mais próxima do desenvolvimento pleno. As teorias desenvolvidas e publicadas por FREIRE (2015) e SEN (2010) afirmam que esses são elementos necessários para tal. Cabe a nós identificar as possibilidades e os impactos que políticas públicas – como os CEUs, permitem.

## REFERÊNCIAS

- BIBLIOTECA CEU PAZ – Augusto dos Anjos. Página oficial rede social. <https://www.facebook.com/bibliotecaceupaz/?fref=ts>, acesso em janeiro de 2017.
- CENTRO DE ESTUDOS DA METRÓPOLE. *Base de Dados Favelas e Loteamentos (2000-2010)*.
- CEM; SEHAB. *Relatório 1. Sistematização de informações relativas à precariedade e ao déficit habitacional e correção de bases de favelas e loteamentos*. Estudo elaborado pelo Centro de Estudos da Metrópole (CEM/CEPID) para a Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB)/ Prefeitura de São Paulo. São Paulo: Centro de Estudos da Metrópole, dezembro de 2016.
- CEU PAZ. página oficial rede social. <https://www.facebook.com/CEUPazJardimParana/?fref=ts>, acesso em janeiro de 2017.
- CEU INÁCIO MONTEIRO E VOCÊ. Página oficial rede social. <https://www.facebook.com/CEU-In%C3%A1cio-Monteiro-e-Voc%C3%AA-160644730795782/?fref=ts>, acesso em janeiro de 2017.
- CEU VILA DO SOL. Página oficial rede social. <https://www.facebook.com/ceuviladosol2/?fref=ts>, acesso em janeiro de 2017.
- CRUZ, José Armênio de Britto; CARVALHO, Lúcia; DELIJAICOV, Alexandre (org.) *São Paulo 450 anos: a escola e a cidade*, v.1. São Paulo: BEI Comunicação, 2004.

DELIJAICOV, Alexandre. *Arquitetura do Lugar*. Revista eletrônica Pisegrama, 2004. Disponível em: <http://piseagrama.org/arquitetura-do-lugar/>.

DÓRIA, Og; Perez, Maria Aparecida. (org.). *Educação, CEU e cidade: breve história da educação brasileira nos 450 anos da cidade de São Paulo*. São Paulo: Secretaria Municipal de Educação, 2007.

DUARTE, Hélio Queiroz. *Escola Classe Escola Parque: uma experiência educacional*. São Paulo: FAU USP, 2009.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia - Saberes Necessários à Prática Educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Coleção Saberes. 2015 (1996).

FUNDAÇÃO SEADE. *Índice Paulista de Vulnerabilidade Social*. <http://indices-ilp.al.sp.gov.br/view/index.php?prodCod=2>, acesso em janeiro de 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Agregados por Setores Censitários Censo 2000*. Disponível em: [ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Demografico\\_2000/Dados\\_do\\_Universo/Agregado\\_por\\_Setores\\_Censitarios](ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2000/Dados_do_Universo/Agregado_por_Setores_Censitarios)

\_\_\_\_\_. *Agregados por Setores Censitários Censo 2010*. Disponível em: [ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Demografico\\_2010/Resultados\\_do\\_Universo/Agregados\\_por\\_Setores\\_Censitarios/](ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Resultados_do_Universo/Agregados_por_Setores_Censitarios/)

JACOBS, Jane. *Morte e Vida de Grandes Cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2014 (1961).

OLIVEIRA, Paula Custódio de. *O CEU na integração da Periferia*. Dissertação de Mestrado. FAUUSP, 2017.

PEREZ, Maria Aparecida. *Inclusão Social Através da Educação*. Um estudo do programa "Centro Educacional Unificado" na cidade de São Paulo. Tese de doutorado apresentada à Universidade de Siegen, Alemanha. Siegen: 2010.

*Revista Contraste*, São Paulo: FAUUSP, 2017, nº 5

SÃO PAULO. *Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo*. Municípios em Mapas, Série Temática Índices Sociais, SEMPLA. Disponível em: <http://www9.prefeitura.sp.gov.br/sempla/mm/index.php>

\_\_\_\_\_. *Portal Infocidade*. <http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/>, acesso em janeiro de 2017.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - SMDU. *Cadernos da Subprefeituras*. São Paulo: DATASUB, 2016.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. *Dados Abertos DEINFO*.  
Plataforma GeoSampa. <http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br>

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Educação - SME. <http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/>, acesso  
entre 2015 e 2017.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo, Cia das Letras, 2010 (1999)

SPIRA, Vinícius. *Desafios do acolhimento. Espaço, política e pedagogia nos Centros  
Educativos Unificados (CEUs) de São Paulo*. São Paulo: Humanitas, 2017.

TAKYIA, André. *EDIF 60 Anos de Arquitetura Pública*. Dissertação de Mestrado, FAUUSP, 2009

VILLAÇA, Flávio. *Espaço Intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Nobel, 2001, 2ª. edição.